
OS POVOS INDÍGENAS, RELAÇÕES INTERCULTURAIS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA NO RIO SÃO FRANCISCO, SERTÃO DE ITAPARICA

OS POVOS INDÍGENAS, RELAÇÕES INTERCULTURAIS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA NO RIO SÃO FRANCISCO, SERTÃO DE ITAPARICA

Edivania Granja da Silva Oliveira¹

Resumo

Nesse texto buscamos compreender como os indígenas Pankará afirmam a presença histórica nas Serras do Arapuá e Cacaria (Carnaubeira da Penha/PE) e Serrote dos Campos (Itacuruba/PE), as relações interculturais socioambientais, envolvendo as serras Negra, Umã, Arapuá, Cacaria, às margens e ilhas do rio São Francisco e em Rodelas. Atribui a identidade indígena nas relações socioambientais com as Serras, Arapuá e Cacaria, o Rio São Francisco, relações parentais e ritualística com povos indígenas habitantes em áreas adjacentes, como os Pankararu, Tuxá, Atikum. Expressaram atividades produtivas, participantes de redes e fluxos de trocas socioculturais com comunidades negras e indígenas em Itacuruba, rompidas pela Barragem de Itaparica. Enfatizamos estudos e entrevistas realizadas com lideranças de grupos indígenas e quilombolas habitantes no Sertão de Itacuruba com relações parentais e ritualística com os Pankará, participantes de processos de mobilizações étnicas, os povos indígenas: Tuxá Rodelas, Pankararu, Tuxá Campos, Tuxá-Pajeú e as comunidades quilombolas: Negros do Gilu e Poço dos Cavalos. Ressaltamos que a comunidade quilombola Ingazeira não foi selecionada, pela inexistência de relatos dos Pankará com membros da referido povo indígena.

Palavras-chave: Povos indígenas. Ambiente. São Francisco.

Abstract

In this text we seek to understand how the Pankará indigenous claim their historical presence in the Serras do Arapuá and Cacaria (Carnaubeira da Penha/PE) and Serrote dos Campos (Itacuruba/PE), the socio-environmental intercultural relations, involving the Serra Negra, Umã, Arapuá, Cacaria, on the banks and islands of the São Francisco River and in Rodelas. It attributes indigenous identity in socio-environmental relationships with the Serras, Arapuá and Cacaria, the São Francisco River, parental and ritualistic relationships with indigenous peoples living in adjacent areas, such as the Pankararu, Tuxá, Atikum. They expressed productive activities, participants in networks and flows of sociocultural exchanges with black and indigenous communities in Itacuruba, breached by the Itaparica Dam. We emphasize studies and interviews carried out with leaders of indigenous groups and quilombolas inhabitants of the Sertão de Itacuruba with parental and ritualistic relationships with the Pankará, participants in ethnic mobilization processes, the indigenous peoples: Tuxá Rodelas, Pankararu, Tuxá Campos, Tuxá-Pajeú and the quilombola communities: Negros do Gilu and Poço dos Cavalos. We emphasize that the Ingazeira quilombola community was not selected, due to the lack of reports of the Pankará with members of the aforementioned indigenous people.

Keywords: Indigenous peoples. Environment. San Francisco.

Este artigo buscou compreender como os indígenas Pankará afirmam a presença histórica nas Serras do Arapuá e Cacaria (Carnaubeira da Penha/PE) e Serrote dos Campos (Itacuruba/PE), as relações interculturais socioambientais, envolvendo as serras Negra, Umã,

¹ Doutora em História Social pela USP. Mestra em História pelo UFCG (Campina Grande/PB). Professora de História no IF Sertão PE/Campus Petrolina. Realiza pesquisas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas na área de História, História Ambiental e Educação.

Arapuá, Cacaria, às margens e ilhas do rio São Francisco e em Rodelas. Atribui a identidade indígena nas relações socioambientais com as Serras, Arapuá e Cacaria, o Rio São Francisco, relações parentais e ritualística com povos indígenas habitantes em áreas adjacentes, como os Pankararu, Tuxá, Atikum. Expressaram atividades produtivas, participantes de redes e fluxos de trocas socioculturais com comunidades negras e indígenas em Itacuruba, rompidas pela Barragem de Itaparica.

Enfatizamos estudos e entrevistas realizadas com lideranças de grupos indígenas e quilombolas habitantes no Sertão de Itacuruba com relações parentais e ritualística com os Pankará, participantes de processos de mobilizações étnicas, os povos indígenas: Tuxá Rodelas, Pankararu, Tuxá Campos, Tuxá-Pajeú e as comunidades quilombolas: Negros do Gilu e Poço dos Cavalos. Ressaltamos que a comunidade quilombola Ingazeira não foi selecionada, pela inexistência de relatos dos Pankará com membros da referida comunidade.

No Brasil na década de 1970, período do chamado “milagre” econômico foram implantados diversos projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, prospecção mineral, construção de hidrelétricas e os barramentos, com realocação de indígenas, para facilitar o trabalho de máquinas e liberar áreas para efetivação desses projetos. A região do Submédio São Francisco foi selecionada para participação do projeto desenvolvimentista através da construção de Usinas Hidrelétricas/UHEs e barramentos, como Sobradinho (BA) e Itaparica (PE). Os estudos iniciais sobre a área inundável para o barramento Itaparica consideraram o povo indígena Tuxá, o único povo indígena que seria afetado.

As memórias dos Tuxá são marcadas por deslocamentos, pois antes habitavam a Ilha de Surubabel e, provavelmente no final do século XVII, deixaram às pressas a Fazenda Surubabel sob a liderança do Capitão Francisco Rodelas, herói mítico deste povo indígena. Com uma grande enchente no Rio São Francisco, cerca de 600 indígenas foram para as áreas de Caatingas, no lado direito do rio (Bahia) e após as cheias decidiram instalar a nova moradia às margens do rio, recebendo padres missionários e em seguida a “raça civilizada”, invadiram as terras indígenas, restando somente uma pequena área habitada pelos Tuxá, a Rua Felipe Camarão, na Antiga Rodelas (CHESF, 1976).

Com as memórias marcadas por deslocamentos forçados, novamente os Tuxá foram obrigados a um deslocamento na década de 1980, após uma nova enchente do São Francisco por conta da Barragem de Itaparica. A ineficiência por parte da Funai e o desinteresse da Chesf na solução conjunta relacionada à relocação do povo indígena Tuxá,

acentuaram divergências internas e a desagregação do povo, com a realocação destes indígenas em lugares distintos e distantes, afetando profundamente os Tuxá. Foi o povo indígena mais impactado com a construção da Barragem de Itaparica e são reconhecidos por diversos povos indígenas como os troncos velhos, por serem considerados detentores de conhecimentos da ritualística, convidados para respaldar a identidade indígena, como no caso dos povos Atikum e dos Pankará.

No processo de inundação pelo lago de Itaparica, os indígenas Tuxá foram desterritorializados e realocados no Estado da Bahia: na Nova Rodelas, construída próxima ao lago e outras famílias indígenas no Município de Ibotirama na Região Centro-Oeste, distante quase 1.000 km do local de origens. Os indígenas Tuxá habitantes na Velha Itacuruba (PE) foram alocados no Sertão de Itaparica, no Município de Inajá (PE). Um grupo Tuxá retornou de Ibotirama, mas não conseguiu se fixar na Nova Rodelas e a Funai realocou estes indígenas na zona rural do município de Banzaê, no Alto Sertão baiano (CRUZ, 2017).

Os indígenas Tuxá relataram diversos impactos socioambientais com a Barragem de Itaparica, perdendo as ilhas no Rio São Francisco, locais fundamentais para a existência do povo indígena. A Ilha da Viúva era o principal local de realização de rituais, para coleta de plantas medicinais, criatório de animais, práticas agrícolas, caças de capivaras, camaleões, jacarés, etc. Com profundos conhecimentos sobre o Ambiente terrestre e fluvial, praticavam a pesca em águas correntes, mas após a Barragem a pesca foi alterada, não sendo possível usar tarrafas, somente redes e bem maiores das usadas no rio. Em relação às caças e plantas medicinais, precisam deslocar-se para a região do Pajeú, a região de Caatingas. Além disso, os indígenas perderam o local sagrado e o território exclusivo, a Ilha da Viúva, onde ocorriam as práticas e o segredo do ritual. Impactos consideráveis, com o desuso de plantas medicinais aquáticas, das matas nas ilhas do rio e das Caatingas, pois a barragem alterou a flora aquática e o excessivo desmatamento provocado pela implantação de projetos de irrigação.

O Pajé Tuxá reafirmou que a Chesf e representantes enganaram o povo Tuxá e, em reunião com o Presidente da Chesf, à época, o Pajé Armando e o Cacique Bidú, receberam a garantia de terra por terra e do projeto todo em funcionamento no prazo de seis meses. O Pajé citou o quanto o Território Tuxá, a Ilha da Viúva era produtiva, “a nossa Ilha era completa de fruteira”, enfatizou que também plantavam mandioca, arroz, cebola e muitas

fruteiras. E toda semana, na sexta-feira, colhiam e vendiam na Barra do Tarrachil e em Belém do São Francisco. Com renda financeira e após a Barragem ficaram sem nada. Além de criação de cabras de leite, vendiam o leite em Rodelas. O entrevistado afirmou que possuía 25 ovelhas, 25 bodes e 14 bois, “hoje se eu quero comer um pedaço de carne, se eu tiver dinheiro eu compro, se eu não tiver eu não compro, tudo foi destruído pela Chesf.”²

O Cacique Bidú também afirmou que a Chesf enganou e destruiu a riqueza produzida pelos Tuxá na Ilha da Viúva. Além da Chesf ter prometido a entrega de um projeto de irrigação em funcionamento, o que até os dias atuais continua com pendência, sem a Chesf ter mais responsabilidade e nem a Funai, aguardando a justiça determinar o direito dos Tuxá.³ O Pajé e o Cacique Tuxá, evidenciaram que antes da Barragem de Itaparica participavam de visitas aos “caboclos”, atravessavam o rio. Especificamente na Serra do Arapuá nas relações com algumas famílias. O Pajé Armando afirmou ainda ter relações parentais na Serra do Arapuá.

Os indígenas Pankararu também foram afetados pela Barragem de Itaparica, inicialmente não foram envolvidos em processos de negociações com o Polo Sindical. A Chesf considerava somente a população atingida diretamente, pois o local escolhido para o acampamento dos funcionários, com infraestrutura de equipamentos e serviços foi em área fronteira “oeste da área indígena, na saída do Brejo”. Construído em terras férteis, com interrupção das passagens de vários riachos, “antes ocupada por pomares e granjas”, denominada de “cidade de Itaparica” (ARRUTI, 1996, p. 140).

Os impactos socioambientais para o povo indígena Pankararu provocados pela Barragem de Itaparica foram considerados parciais no Relatório “Avaliação dos impactos socioculturais decorrentes da construção da UHE Itaparica sobre os grupos indígenas Pankararu (PE), Pankararé (BA), Tuxá (BA), Atikum (PE) e Truká (PE)”, produzido pela Hidroservice/Chesf (1988). Ocorrendo o aumento de invasões de não indígenas – posseiros, no Território Pankararu. Também a diminuição da fauna silvestre, com uso de explosivos conhecidos como dinamites durante a construção da Barragem, afugentando os animais, como também o acesso de não indígenas nas matas sagradas Pankararu, com a caça indiscriminada por não indígenas. As práticas socioculturais e ambientais dos Pankararu

²Armando Gomes dos Santos (Pajé Armando Apako), 88 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

³Manoel Eduardo Cruz (Cacique Bidú Arfer), 81 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

relacionadas aos animais são constituídas de sacralidade, com aves, anfíbios e animais silvestres considerados sagrados.

A construção do acampamento para funcionários, a “cidade de Jatobá”, exigiu a instalação de energia elétrica pela Chesf. Serviço extenso de rede elétrica até a aldeia Brejo dos Padres. A implantação e o fornecimento de energia, “foram e são gratuitos, por se tratar de uma linha exclusivamente dirigida à área indígena”. Enquanto em outras áreas do T.I. Pankararu, não obtiveram as mesmas vantagens, foram e são pagos pelos próprios indígenas (ARRUTI, 1996, p. 140). A UHE de Itaparica provocou a inundação da Cachoeira de Itaparica, onde existiam uma pequena UHE, cujas obras foram iniciadas em 1932 e finalizada em 1944. A UHE aproveitou a Cachoeira de Itaparica, fluxo das águas controlados por comportas, sem necessidade de barramentos de águas, mas algumas comportas não foram construídas para o controle da vazão do rio em períodos de cheias ou de secas, ocasionando constantes interrupções no fornecimento de energia. Essa pequena UHE abastecia de energia elétrica as cidades de Petrolândia, Tacaratu e Floresta (SANTOS, 2019). A Cachoeira de Itaparica era local de habitação dos Encantados Pankararu. A UHE de Itaparica transformou a Cachoeira “[...] numa grande barragem, que domesticou suas águas e a desencantou [...] a cachoeira de Itaparica desapareceu, carregando a fonte de novos Encantados” (ARRUTI, 1996, p.143 e 153).

As relações socioambientais dos indígenas habitantes nos sertões do São Francisco são imbricadas entre os Ambientes, “os povos indígenas vivenciam seu sagrado e definem o sentido de sua existência individual, coletiva e suas relações ecológicas” (TOMAZ; MARQUES, 2019, p. 3). A indígena Pankararu Elisângela Silva (2020) evidenciou impactos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica para os indígenas Pankararu na antiga Petrolândia, uma das cidades inundadas, com a população deslocada compulsoriamente, como também milhares de pessoas habitantes em outros municípios na região. Enfatizando que muitas famílias indígenas “atingidas pelo represamento da água ficaram desalojadas e desassistidas, sem indenizações e fora do plano de assentamento involuntário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco” (SILVA, 2020, p. 143).

Os indígenas Pankararu em época de estiagem deslocavam-se para as margens do rio São Francisco onde praticavam a agricultura de vazante ou trabalhos temporários em terras alheias. Na década de 1970 algumas famílias Pankararu estabeleceram numa área da Velha Petrolândia, às margens do rio, “construíram ranchos e casas de taipa [...]”.

Praticavam agricultura familiar nas vazantes e ilhas do rio, como também trabalhavam em fazendas como empregados temporários. Famílias Pankararu habitavam na zona urbana da Velha Petrolândia, na Rua dos Caboclos, local de moradias exclusivamente Pankararu em casas de taipa ou de alvenarias alugadas. Praticavam a agricultura familiar, trabalhavam em olarias e produziam arte de palha de Ouricuri como bolsas, chapéus e vassouras. (SILVA, 2020, p. 144).

Ocorreu o processo de migração sazonal dos indígenas Pankararu para a Velha Petrolândia em períodos de estiagem para trabalharem no regime de meação ou em olarias. A partir da implantação de projeto de irrigação em Barreiros, distrito de Petrolândia, os indígenas trabalhando nas “[...] ‘granjas’, na colheita de fruteiras e na ‘cata da algaroba’, muito utilizada como ração para o gado”. Além da área urbana, viviam em ranchos temporários ou atuavam como agregados em propriedades rurais na região (ARRUTI, 1996, p. 89).

Povo indígena Pankará: barramento das águas e dos fluxos interculturais

Os indígenas Pankará afirmam a Serra Negra como o “tronco velho”, atribuindo também a identidade indígena nas relações socioambientais com as Serras Arapuá e Cacaria, o Rio São Francisco, relações parentais e ritualística com povos indígenas habitantes em áreas adjacentes, como os Pankararu, Tuxá, Atikum. Expressando atividades produtivas, participantes de redes e fluxos de trocas socioculturais com comunidades negras e indígenas na Velha Itacuruba, rompidas pela Barragem de Itaparica. Enfatizamos estudos e entrevistas realizadas com lideranças de grupos habitantes na Velha Itacuruba com relações parentais e ritualística com os Pankará, participantes de processos de mobilizações étnicas, o povo indígena Tuxá Campos, o povo indígena Tuxá-Pajeú e as comunidades quilombolas: Negros do Gilu e Poço dos Cavalos.

O Pajé Pankará, Manoelzinho Caxeado⁴, relatou sobre as relações parentais e ritualística com os indígenas Atikum, Pankararu e Tuxá, com negros(as) na Velha Itacuruba. Ressaltando a Serra Negra como o “tronco velho” de todos os indígenas nos sertões, nas Serras, às margens e ilhas do Rio São Francisco. O indígena Neném Pankará citou as origens

⁴Manoel Antônio do Nascimento, Pajé Pankará, Aldeia Lagoa, Serra do Arapuá. Entrevista realizada em 30 jun. 2019, Território Sagrado Gameleira, Serra do Arapuá, Carinaubeira da Penha, PE.

na Serra Negra, com todas as Serras e às margens do Rio São Francisco, onde a família se espalhou, “foram braiando, com negros e brancos”. Além de relatar as relações de trocas no Rio São Francisco. E, também foi afirmado pelos indígenas Pedro Limeira⁵, João Miguel⁶ e Lucélia Pankará⁷, os processos migratórios das famílias em períodos de secas na Serra do Arapuá para as margens e ilhas do São Francisco e que nesses locais trabalhavam na condição de meeiros.

Em um estudo foram citadas as principais famílias de reдеiros que ocuparam a região de Floresta no século XVIII: Telles Menezes, Gomes de Sá, Souza Ferraz, Novaes Magalhães e Carvalho, com posses de terras e de escravizados. Sendo registrada também no século XIX a família Cantarelli e outros sobrenomes, com escravizados negros na região de Floresta, Tacaratu e Itacuruba (BEZERRA, 2006; MAUPEOU, 2008). Algumas dessas famílias invadiram as Serras do Arapuá e Cacaria, perseguindo os indígenas, estabelecendo relações familiares, de compadrio e de proteção dos chamados “caboclos”, os indígenas. Os processos de afirmação étnica, na área do estudo realizado, são primordialmente mobilizações sociais e políticas (WEBER, 1991), relacionadas com os ambientes, como evidenciado pela Cacica Tuxá Campos:

O local que a Aldeia está localizada viviam nossos ancestrais. Tem um trecho que era o local onde ficavam escondidos para não serem escravizados, como o Serrote dos Campos, o Morro do Velho Campos. [...]. Ficam todos na mesma rota: Serrote dos Campos, Morro do Velho Campos e a Serra do Jatinã, forma tipo um triângulo. Os mais velhos participavam de rituais nesses locais. E, também junto os indígenas da Serra do Arapuá e de Rodelas e os negros em Poços dos Cavalos. Antes da Barragem a área da Antiga Itacuruba a Belém do São Francisco era toda minha família. A família Praxedes também era minha família. Poço dos Cavalos era de negros e índios. Nosso reconhecimento foi feito pelos indígenas Tuxá Banzaé, antes da barragem essas famílias eram das nossas relações. Na verdade, Tuxá é um povo só. Mas, quando surge um novo aldeamento acham, como se a gente fosse tirar um pedaço de alguma coisa deles. Somos família sim. [...]. Entramos com o processo em 2017 na FUNAI e estamos aguardando o andamento.⁸

O Cacique do povo indígena Tuxá-Pajeú, Adriano João, destacou a afirmação étnica, respaldo pelo povo indígena Tuxá, reassentados em Inajá (PE),

⁵ Pedro dos Santos (Pajé Pedro Limeira), 90 anos, Aldeia Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

⁶ João Antônio do Nascimento (Pajé João Miguel), 79 anos. Aldeia Marrapé, Serrado Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

⁷ Lucélia Leal Cabral, 32 anos, (Cacica Pankará Serrote dos Campos). Aldeia Pankará Serrote dos Campos, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada no Território Pankará Serrote dos Campos em 04/05/2017.

⁸ Evani Campos de Oliveira Silva. Cacica Aldeia Tuxá Campos, Nova Itacuruba, PE. Entrevista realizada em 13/12/2021, via *Google Meet*.

Os Tuxá de Inajá são família nossa. [...]. Somos originários da Aldeia Tacurubá, somos da velha cidade de Itacuruba. O próprio nome da cidade é indígena. A nossa etnia é Tuxá, somos originários desse povo que vivia aqui e Pajeú é o nome que nossa família possui. É a maior família do Município [...], não sei se é porque morava às margens do Rio Pajeú, mas tornou sobrenome.⁹

Os indígenas no sertão do São Francisco realizavam constantes migrações, dependendo da nova situação a condição identitária alterava para outras categorias,

Os termos ‘índio’, ‘preto’, ‘pardo’, ‘português’, ‘negro’ ou ‘quilombola’ devem ser vistos menos como categorias descritivas do que como classificações instrumentais utilizadas para designar aqueles grupos sobre os quais os aparelhos de controle e repressão, exercerão formas diferenciadas de intervenção (ARRUTI, 2002, p. 242).

As comunidades quilombolas e indígenas em Itacuruba afirmam as identidades reafirmando a presença em antigos territórios submersos pela Barragem de Itaparica.

Indígenas e quilombolas: práticas socioambientais e ritualística

A indígena Edna Campos ressaltou a existência de um Terreiro de práticas ritualísticas, num local chamado Saco, próximo ao Canto, na Velha Itacuruba, “[...] reuniam no Terreiro de Maria Barros: João Gomes, Tuxá Rodelas, Manoel Martelo e Manoelzinho Caxeado, Serra do Arapuá. Nós dançamos o Toré. Vinham caboclos da Serra do Arapuá, da Serra Negra e de Rodelas”.¹⁰ E a quilombola Valdeci Ana habitante em Poço dos Cavalos, afirmou que a família não praticava uma religião específica africana, todos eram católicos. O único ritual praticado era o Toré. Mas,

Ninguém usava roupa de Caroá, usavam trajes brancos com azul. E, faziam uso do Maracá, toantes, curas e da Jurema. O Zenon, Quilombo Negros do Gilu, faz até hoje garrafadas de Jurema. Também os Pankará, principalmente D. Amélia e S. Manoelzinho Caxeado participavam dos rituais praticados em Poços dos Cavalos e nas Fazendas vizinhas. O Pajé Manoelzinho Caxeado Pankará frequentava muito a nossa casa na fazenda. Eu o chamava de Rapazote do meu pai, ficava da nossa casa para a casa dos Praxedes.¹¹

A entrevistada, concordando com os relatos de lideranças Pankará, evidenciou a

⁹Adriano João da Silva. Cacique Tuxá-Pajeú, Aldeia Tuxá-Pajeú, Nova Itacuruba, PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via *WhatsApp*.

¹⁰Liderança do Povo Indígena Tuxá Campos. Entrevista realizada em 10 set. 2018, Itacuruba, PE

¹¹Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba (PE).

migração sazonal dos indígenas Pankará entre a Serra do Arapuá e a Velha Itacuruba:

Vinha em épocas de falta de água na Serra do Arapuá, quando a seca era grande, plantavam na região da Foz do Pajeú e em Ilhas, principalmente na Ilha de Surubabel. Após a safra retornavam para a Serra do Arapuá. [...]. Eram chamados de Caboclos. [...]. Quando vinha para Poços dos Cavalos faziam muitas danças e faziam a Jurema usando um pilão. As crianças não podiam beber a Jurema, mas davam um jeito de beber escondidos.

Ressaltou a entrevistada ter relação parental com os Pankará Serra do Arapuá, pois o esposo era primo do Pajé Manoelzinho Caxeado; também compadre, afirmando: “antigamente eu era quem digitava as receitas de garrafadas e também os Cordéis, criados pelo Pajé Manoelzinho Caxeado, que vendia na região”. Ainda a esse respeito, a citada liderança quilombola, afirmou relações de amizade com o Pajé Manoelzinho Caxeado e a ritualística praticada na Comunidade Poço dos Cavalos:

Em Poço dos Cavalos existiam um local de reunião dos caboclos, participavam rezadores e dançadores, organizados por Manoelzinho Caxeado, acompanhado por outras pessoas da Serra do Arapuá e também indígenas Tuxá. Mas, nenhum Pankará morava naquela região, passavam alguns dias ou períodos nas danças ou praticando plantios na condição de meeiros.

Sobre o local da travessia para a Velha Rodelas ocorria pelo Porto da Madalena, no Coité, descrito por Manoelzinho Caxeado e afirmado pela quilombola Valdeci Ana: “O Porto da Madalena ficava distante da comunidade Poços dos Cavalos, com a barragem aproximou. No Coité era onde aconteciam as brincadeiras lideradas pelo Pajé Manoelzinho Caxeado. Toda aquela região está submersa no Lago”. A entrevistada também enfatizou que toda a família Matias, seus parentes, habitantes na região do Coité foram reassentados na Vila Aparecida, em Remanso (BA). Destacando possuir relações familiares com a família Eva Campos, atualmente povo indígena Tuxá Campos. E, “os rituais realizados na casa da família Matias também eram frequentados pelos indígenas Tuxá e Truká”.

Nas margens e ilhas do Rio São Francisco, habitavam “comunidades negras cujas origens remontavam aos tempos de escravos fugidos, ainda conservavam uma identidade própria e, apenas posteriormente se tornaram referências para a atuação dos grupos de quilombolas na região” (SCOTT, 2009, p. 63). Sendo ressaltado ainda que a maior parte da população atingida não definia uma identidade étnica, pois a autoatribuição era de ordem socioecológica como habitantes às margens do rio, beradeiros e habitantes nas terras secas distantes, o catingueiro. A identificação referenciada pelo nome da propriedade agrícola ou

comunidades onde residiam (SCOTT, 2009).

Em concordância com as afirmativas das lideranças indígenas e quilombolas, o Pajé Pankará, Manoelzinho Caxeado destacou,

Em Serrote dos Campos quem transitava entre a Serra e o rio era Geraldo e sua mãe, pode conhecer a história. Lucélia e outros a história é daqui da Serra ou de outros lugares [...]. A história antiga de trânsito entre a Serra do Arapuá e o Rio São Francisco, os lugares de rituais, era no Poço dos Cavalos, na Fazenda Garrancho, na casa de tio Praxedes. Lá tinha muita gente misturado com pretos, Matias mesmo era bem pretim, mas a mulher era índia

Nos complexos processos de territorialização, as migrações e as relações historicamente construídas entre indígenas e negros(as) nos sertões, emergem sujeitos ou grupos com autoatribuições distintas, afirmando as identidades quilombolas ou indígenas, contanto a condição para a afirmação identitária é fundamental no reconhecimento pelos outros. Nesse sentido, Geraldo Pankará foi reconhecido como participante do movimento quilombola e depois afirmou a identidade indígena Pankará Serrote dos Campos. E a Barragem de Itaparica foi e é marcante na vida da população habitante em áreas atualmente submersas, como também estão submergidos símbolos da cosmologia, como cachoeiras, pedras, plantas. O barramento promoveu também impactos com a dispersão de familiares, nas práticas produtivas e alterações ambientais, comprometendo a reprodução sociocultural das famílias habitantes na região.

A Barragem de Itaparica e novas afirmações étnicas em Perímetros de Irrigação

A Velha Itacuruba e o Rio São Francisco estão imbricados na afirmação da identidade dos(as) reassentados(as): “[...] transborda afetividades quando são feitas referências ao rio, às cachoeiras. [...] reverenciam a água que retira a aridez da terra ligando-os ao lugar, criando vida: ela irriga, lava; sacia a sede; diverte; ao lado do fogo transforma os alimentos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 60). O Cacique Tuxá-Pajeú afirmou que a Barragem de Itaparica afetou profundamente a população em Itacuruba,

A Barragem de Itaparica afetou drasticamente não só o nosso povo, mas toda a população, nos deixou numa situação de vulnerabilidade social absurda. Vieram com essa proposta da construção da Barragem de Itaparica prometendo muitas vantagens. Mas, a realidade que vimos hoje é que não foi cumprida. Afetou toda a população de Itacuruba foi praticamente exterminada, a população anterior era de mais de 18 mil pessoas e hoje 3 mil e pouco. E, algumas pessoas da nossa família

receberam indenizações e foram reassentados. Mas, uma boa parte não recebeu nada, como meu pai, analfabeto assinou um documento renunciando a seus direitos e assim como outros recebeu uma mixaria de dinheiro. A maioria do povo foi reassentado fora de Itacuruba. Meu pai não quis sair daqui.¹²

Foi evidenciado também os impactos na saúde da população reassentada na área urbana na Nova Itacuruba, “[...] o adoecimento ligado à perda de raízes, das suas origens; e vinculado à questão da ociosidade na cidade. Sem desconsiderar que estes podem ser pontos que se entrelaçam” (SIMÕES, 2017, p. 44). Como enfatizou Dona Valdeci Ana, a Barragem de Itaparica retirou tudo,

[...] ficamos sem agricultura, sem criatório [pecuária], sem terra e sem trabalho. Não tem mais engenho e nem as casas de farinha. [...]. O pior foi perder as famílias por conta da dispersão, por conta que membros foram deslocados para lugares diferentes. Em Pernambuco, uma parte da minha família mora aqui, na Nova Itacuruba, nos projetos Brígida e Caraíbas. E outra parte da família foi reassentada na Bahia, em Remanso e em Ibotirama

Para Dona Valdeci, em Remanso ocorre a articulação dos seus parentes para reconhecimento como comunidade quilombola. Evidenciamos o reconhecimento e certificação como Comunidade Quilombola Vila Nossa Senhora Aparecida, em Remanso (BA), pela Fundação Cultural Palmares, em 2018.

A cidade Remanso (BA) foi afetada pela Barragem de Sobradinho, a Sede do Município foi alagada e uma parte da zona rural. Com a construção da Barragem de Itaparica na zona rural de Remanso foi reassentada 40 famílias oriundas de Itacuruba (CORREIA, 2001). Sendo evidenciado por Neném Pankará habitante na Serra do Arapuá, parentes seus foram deslocados também para Remanso.

As famílias afetadas pela Barragem de Itaparica deslocadas para projetos especiais enfrentaram problemas diversos, como a diminuição do poder aquisitivo, o aumento dos preços de alimentos e o baixo valor da Verba de Manutenção Temporária/VMT recebido por cada família. O atraso na implementação dos equipamentos necessários para produção agrícola irrigada, como o sistema de irrigação, gerou ociosidade e “as alternativas de trabalho fora dos projetos são reduzidas, consequência provável da inundação das terras férteis onde se concentrava a produção agrícola dos municípios atingidos pela barragem” (CORREIA, 1991, p. 182).

¹²Adriano João da Silva. Cacique Tuxá-Pajeú, Aldeia Tuxá-Pajeú, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via *WhatsApp*.

Após a Barragem de Itaparica foi alterado o calendário, como evidenciado por Valdeci Ana,

Antes a agricultura era nas vazantes. Todo mundo sabia o tempo chuvoso e os períodos de cheias do rio, agora ninguém sabe mais. Os plantios nas vazantes e ilhas não existem mais. O acesso a água potável é através de carros pipas, o local de plantio é muito distante do Lago e as famílias não possuem condições para implantação de sistema de irrigação, predominando a ociosidade em Poços dos Cavalos e a dependência do Bolsa Família.

A área alagada pela Barragem de Itaparica atingiu a maior parte das terras férteis, alterou “o ecossistema, mudaram as correntes fluviais na área do lago. Os ventos agora têm outro regime e as chuvas são mais escassas” (BEZERRA, 2006, p. 61). Em relação a Chesf, o papel dos Sindicatos e da Igreja Católica Romana, foi evidenciado pela entrevistada,

Os Sindicatos e a Igreja Católica atuaram para garantir mínimo de direitos e a Chesf passou a ter mais cuidado. Inclusive, Salete, era técnica da Chesf, falava para reunir todo mundo e não aceitar o local da Barragem, mas não conseguimos. A Chesf pressionava para todo mundo decidir ou indenização ou morar na nova cidade. Estimo que os mais prejudicados foram os moradores da zona rural, que sofreram pressão da Chesf e não sabiam o que fazer, muitos foram embora sem nada, outros não aceitaram a proposta da Chesf e resolveu morar na casa de parentes na Nova Itacuruba. Por isso, muitos dos atingidos pela Barragem não tem casa própria.

A quilombola corroborou com as afirmativas de outro entrevistado, Geraldo Kambiwá, sobre o importante papel atribuído aos sindicatos e a Igreja Católica Romana. Em relação à Chesf, o discurso desenvolvimentista promovido pelo Estado/Chesf: “[...] baseado nas razões do progresso aos poucos era incorporado às falas dos moradores, [...] aos poucos interiorizavam a ideia de inferioridade frente aos que chegavam trazendo a evolução [grifo da autora]” (FIGUEIREDO, 2011, p. 89).

No mesmo sentido, a liderança quilombola, Zenon Negros do Gilu, afirmou “[...] a chegada da Chesf e a construção da Barragem de Itaparica causaram enormes prejuízos para nós, Negros do Gilu. Em 2001 iniciamos o processo e conquistamos o reconhecimento como quilombola em 2004”.¹³ O entrevistado relacionou os impactos socioambientais provocados pela Barragem e a emergência da identidade étnica quilombola, na Comunidade Negros de Gilu. O quilombola afirmou ainda que para o processo de reconhecimento como comunidade

¹³José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros do Gilu. Entrevista realizada em 10 set. 2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu, na área urbana na Nova Itacuruba, PE.

quilombola, “[...] na pesquisa sobre os Negros do Gilu, o Delegado, Padre da Igreja Católica, o Prefeito da Cidade, as professoras, todo mundo confirmou a nossa história e necessidade de demarcação uma terra para nossa sobrevivência e união do grupo. O processo de desterritorialização dos Gilus ocasionado pelo Lago de Itaparica provocou diversos problemas na comunidade, comprometendo “radicalmente nas formas de moradia, de produção, de trabalho, de organização social do grupo na intimidade do território que habitavam em todas as formas de reassentamentos, os Gilus deveriam se adaptar à individualização da vida e da produção (BEZERRA, 2006, p. 65).

A Barragem de Itaparica provocou a dispersão das famílias de Negros do Gilu, pois algumas famílias receberam indenizações e foram embora para lugares distintos. Outras optaram pelo reassentamento na Nova Itacuruba, no Projeto Brígida, em Orocó (PE) e no Projeto Fulgêncio Batista, em Santa Maria da Boa Vista (PE), com um sistema de irrigação com águas do Rio São Francisco. Enquanto 13 famílias foram reassentadas numa Agrovila em Jeremoabo (BA), irrigação ligada ao Rio Vaza-Barris, rio perene (BEZERRA, 2006).

As famílias reassentadas em Jeremoabo/BA tiveram dificuldades diversas, o Vaza-Barris seca em períodos de seca, inviabilizando atividades agropecuárias, exigindo conhecimentos de agricultura de sequeiro, mas possuíam conhecimentos sobre a agricultura de vazante. Além disso, a Chesf cortou a Verba de Manutenção Temporária/VMT paga as famílias instaladas em Jeremoabo. Por essas razões, segundo Zenon, “voltaram para a Nova Itacuruba com ajuda de familiares. Atualmente, a maioria das famílias que vive aqui, a renda é de aposentadoria ou do Bolsa-família.

Os projetos desenvolvimentistas são planejados e executados por agentes públicos aliados a investidores e financiadores privados, usufruindo de benefícios tais representantes. Enquanto as pessoas habitantes nas áreas afetadas são somente componentes de mitigação. E, por isso, em projetos de desenvolvimento, a exemplo do Projeto da UHE de Itaparica predomina a desigualdade em oportunidades e em prejuízos (SCOTT, 2009).

Portanto, os indígenas Tuxá consideram a Barragem de Itaparica provocadora da morte do Rio São Francisco, devido as águas paradas, sem correnteza, poluição, falta de oxigenação nas águas resultando na morte e a escassez de inúmeras espécies de peixes nativos. Além da Barragem receber esgotos e produtos químicos usados na agricultura irrigada (DÁVALOS, 2021). Também grandes impactos socioambientais atingiram os povos

indígenas Tumbalalá e Truká, provocados pela Barragem de Sobradinho, como escassez de peixes e alterações nas águas e nas práticas produtivas.

O indígena Luiz Gonzaga Pereira dos Santos, liderança Atikum, no Perímetro de Irrigação Brígida, em Orocó (PE). Afirmou as relações parentais e ritualística dos indígenas Atikum, Serra Umã, com os indígenas Pankará, Serra do Arapuá. Evidenciou a identidade indígena Atikum, “nasci na Serra Umã, tenho família na Aldeia Umã e na Aldeia Pankará”.¹⁴ Em 1971 a sua família estabeleceu moradia em Itacuruba, na Ilha Surubabel. Ressaltou, “[...] a minha família descia a serra na época de seca. Meu pai todo ano ia para a beira do rio. Como continuou seco meu pai ficou morando na ilha. Em 1980 casei e meu pai voltou a morar até sua morte na Serra Umã”.

Enfatizou, Luiz Gonzaga, o trânsito entre a Serra Umã e o Rio São Francisco, na área da Velha Itacuruba, trabalhando na condição de meeiro. E, com a Barragem de Itaparica conquistou um lote de terra de 03 hectares no Projeto Brígida, em Orocó (PE). Ressaltou, a melhora na vida, antes não tinha terra e “[...] passei a trabalhar para mim, plantando inhame e macaxeira. A cebola parei de plantar para não perder dinheiro”. O entrevistado evidenciou o aumento familiar e na Agrovila não há espaços para construção de novas casas e não há terras. Além da CHESF não ter concluído tudo que estava no projeto, nunca separou 10 hectares em áreas de sequeiro. Alguns moradores na Agrovila invadiram áreas de sequeiro. Então, “[...] eu peguei de um pedaço de terra, foi esse que localizei a aldeia, reuni com João Guarda, liderança Pankará, registramos na FUNAI, 250 pessoas das nossas famílias, respaldos pelo Pajé Manoelzinho Caxeado”.

O entrevistado, João Batista Neto, conhecido por João Guarda, liderança Pankará, afirmou também as relações parentais com os Pankará e Atikum, “A minha família é da Lagoa, família Caxeado, meu tio é o Pajé Manoelzinho Caxeado. Francisco Limeira e os Gameleira, nós somostodos descendentes. A família e minha esposa também são daqui da Serra [Arapuá] misturada com Atikum, Serra Umã.

[...].¹⁵ O entrevistado evidenciou também os fluxos migratórios entre a Serra do Arapuá e a Velha Itacuruba em períodos de seca, [...] meu irmão já

¹⁴Luiz Gonzaga Pereira dos Santos. Liderança Atikum Brígida. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, Território Pankará, em 29/06/2019.

¹⁵João Batista Neto (João Guarda). Liderança Pankará Brígida. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, Território Pankará, em 29/06/2019.

estava lá e eu comecei a ir em busca de trabalho. Agente descia a serra na época da seca e trabalhava no terreno dos outros como meeiros, plantando cebola, feijão, milho e arroz. E, quando iniciava as chuvas subia [voltava] a Serra [do Arapuá]. Reafirmou o entrevistado a realização de rituais e práticas de cura no Projeto Brígida, onde reunimos toda a família Pankará, reassentada. Além de concordar com Luíz Gonzaga Atikum Brígida, sobre os problemas existentes na Agrovila e o direito a área de sequeiro equivalente a 10 hectares, acrescentou o registro na escritura do lote. E, afirmou o direito a área para aldeia, “sou indígena, minha condição é de migrado. [...] precisamos de uma aldeia para continuar as nossas origens indígenas”.

Foi afirmado pela liderança Atikum-Brígida problemas na Agrovila Brígida: “Não possuímos assistência a saúde, nem escolas específicas para as crianças. O pior é a violência e os vícios de álcool e drogas, tenho um filho viciado. Lá [Agrovila Brígida] não tem trabalho e nem terra para plantar. Em Itacuruba, todo mundo trabalhava de segunda até sábado, era tranquilo. Sinto muita falta, todo mundo sente”.

A ausência de trabalho e a ociosidade foi evidenciado pelas entrevistas e em estudos. A área inundada pelo Lago de Itaparica possuía terras férteis, uma elevada taxa de atividade econômica, apenas o percentual de 3% de desempregados,

A ideia era de que nos novos locais se casaria a tecnologia de implantação e gestão de projetos irrigados, tão bem sucedida na região de Petrolina/Juazeiro pós-barragem de Sobradinho, e investiria em reassentamento em terras identificadas com condições edáfico-climáticas de suportar agricultura irrigada. Este processo criou novos atingidos entre os que residiam anteriormente nas terras destinadas aos projetos, expandindo o impacto da obra! Panfletos distribuídos para a população e interessados no projeto clamavam uma ‘mudança para melhorar’ com imagens semi-edênicas traçadas por arquitetos, pontuadas com gaivotas voando, fincadas num ideário de estarem criando pequenos empresários rurais e erradicando trabalho assalariado e de meação (SCOTT, 2020, p. 210).

A população reassentada na Nova Itacuruba demarca o período antes da Barragem como tempo de fartura, de trabalho e de união familiar, “[...]. O tempo de hoje é um tempo ruim, tempo de perdas: emprego, espaços queridos e esperança. Vive-se o tempo em suspensão, um tempo de luto, marcado pelo ritmo do lamento” (FIGUEIREDO, 2011, p. 146). O Pajé Manoelzinho Caxeado, também evidenciou a barragem como responsável pelo barramento das águas e das relações socioambientais, conforme evidenciado neste estudo. Além de ressaltar a importância do rio

O Rio São Francisco a vida toda a gente teve reconhecimento que aquele rio tem os elementos, é um lugar sagrado. Mas tem gente que não sabe zelar daquele

encanto, que é água. A água é da Natureza, sem zelar termina as águas sumindo. Ela tem segredo, a água foge. E, toda vez que fazia as festas na beira do rio dava oferendas [...] a rainha das águas. [...]. No tempo que o rio era normal, sem barragem, tinha cheia normal, dentro das vazantes plantava mandioca e batata [...]. [O pai] aí ele fazia rancho e tinha casas dos conhecidos, ia dormir lá, não tinha outra animação, o Toré era na frente.

A Chesf prometeu à população afetada pela Barragem de Itaparica melhores condições socioeconômicas. Então, os reassentados projetaram a reconstrução de sua vida para a maioria sair da condição de sem-terra para proprietários de lotes irrigados; mas o que de fato ocorreu nas agrovilas para a maioria dos reassentados foram condições piores daquelas em que viviam às margens do rio; isso pela demora de mais de 15 anos para finalizar a infraestrutura de irrigação, e alguns perímetros irrigados nunca concluídos. Além de solos inadequados para a agricultura ou o desconhecimento dos reassentados nas práticas agrícolas irrigadas.

Os povos indígenas e quilombolas partilham de situações históricas, em um espaço geográfico comum e afetados por ações do Estado, ameaçados por um novo megaprojeto: a construção da Usina Nuclear em Itacuruba, PE (SILVA, 2018). Nesse sentido, os projetos foram e são planejados e executados em benefício da melhora alheia (SCOTT, 2009). Portanto, a Barragem de Itaparica afetou os Pankará em suas relações interculturais e provocou impactos socioambientais, como também acarretou profundamente as vidas de indígenas e quilombolas habitantes na Velha Itacuruba, na região do Submédio São Francisco.

Referências

ARRUTI, J. M. A. “**Etnias Federais**”: o processo de identificação de índios e quilombolas no Baixo São Francisco. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2002 (Tese Doutorado em Antropologia Social).

ARRUTI, J. M. P. A. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1996 (Dissertação Mestrado em Antropologia Social).

CORREIA, R. C.; ARAÚJO, F. P. e RIBEIRO, M. **Agricultura de vazante**: opção de cultivo para o período seco. Petrolina, EMBRAPA-CPATSA, 2003. Disponível em: <http://www.cpat.br:8080/noticias/noticia31.html>. Acesso em: 15 out 2014.

CHESF. **Reservatório de Itaparica**: Plano de desocupação. Recife, setembro de 1986.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os povos indígenas, relações interculturais e impactos socioambientais a partir da construção da barragem de Itaparica no rio São Francisco, Sertão de Itaparica. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n. 2, p. 115-133. 2022.

CRUZ, F. S. M. **‘Quando a terra sair’**: os índios Tuxá de Rodelas e a Barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência. Brasília: Brasília, UnB, 2017. (Dissertação Mestrado em Antropologia Social).

DÁVALOS, Nelson E. Bernal. **Vulnerabilidade socioambiental e os impactos do reassentamento e dos eventos climáticos extremos sobre o povo indígena Tuxá de Rodelas-Bahia**. Brasília: UnB, 2021. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável).

SANTOS, C. C. dos. **Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos**: reflexões a partir de Petrolândia-PE. Recife: UFPE, 2019. (Tese Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

SCOTT, R. P. Etnicidade e ambiente em projetos de desenvolvimento no Sub- Médio São Francisco. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 40, n. 2, p. 204-227, 2020.

SCOTT, R. P. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

FIGUEIREDO, M. do S. F.V. **Exílios**: pertencimentos e reconhecimentos em populações: o caso de Itacuruba. Recife: UFPE, 2011 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MAUPEOU, E. **Cativeiros e cotidiano num ambiente rural**: o Sertão do Médio São Francisco–Pernambuco, 1840-1888. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação Mestrado em História).

SILVA, E. C. de A. **Indígenas Pankararu no sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho**. Recife: UFPE, 2020. (Tese Doutorado Serviço Social). WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1991.

SILVA, E. C. de A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc.** (133). Sep-Dec 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Acesso em 02 mai 2021.

SIMÕES, D. R. P. **Itacuruba ontem e hoje**: novos tempos, novos espaços, uma questão identitária. Recife: UNICAP, 2017.

TOMÁZ, A. de F.; MARQUES, Juracy. O território sagrado Pankararé na Ciência do Amaro. **ETHNOSCIENTIA**, v. 4, 2019. Disponível em: www.ethnsocientia.com. Acesso em: 10 ago 2021.

Pesquisa em acervo CHESF:

CHESF/HIDROSERVICE. **Projeto Itaparica. Pre-estudo da viabilidade construtiva do aproveitamento**. São Paulo, Janeiro de 1975, p. 01-12.

_____. **Os Tuxá de Rodelas-Bahia, índios cujas terras serão inundadas pelas águas do Reservatório de Itaparica**. São Paulo, março de 1976, 49 p.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os povos indígenas, relações interculturais e impactos socioambientais a partir da construção da barragem de Itaparica no rio São Francisco, Sertão de Itaparica. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n. 2, p. 115-133. 2022.

Entrevistas

Adriano João da Silva (Cacique Tuxá-Pajeú), 34 anos. Aldeia Tuxá-Pajeú., Nova Itacuruba, PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via *whatsapp*.

Armando Gomes dos Santos (Pajé Armando Apako), 88 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas, BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

Edna Campos, 88 anos. Liderança Povo Tuxá Campos). Entrevista realizada em 10/09/2018, Nova Itacuruba, PE.

Evani Campos, 54 anos (Cacica Tuxá Campos), Aldeia Tuxá Campos, Itacuruba, PE. Entrevista realizada em 13/12/2021, via *Google Meet* .

João Antônio do Nascimento (Pajé João Miguel), 79 anos. Aldeia Marrapé, Serrado Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

João Batista Neto (liderança Pankará Brígida), 59 anos. Aldeia Atikum-Pankará Brígida, Perímetro de Irrigação Brígida, Orocó, PE. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, em 29/06/2019. Teritórrio Pankará.

José Alexandre dos Santos (liderança quilombola), 79 anos. Comunidade Quilombola Negros do Gilu, Nova Itacuruba, PE. Entrevista realizada na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu, em 09/09/2018, Itacuruba, PE.

Lucélia Leal Cabral, 32 anos, (Cacica Pankará Serrote dos Campos). Aldeia Pankará Serrote dos Campos, Nova Itacuruba, PE. Entrevistas realizadas no Território Pankará Serrote dos Campos em 04/05/2017, 05/06/2018 e 10/09/2018; Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

Luiz Gonzaga Pereira dos Santos, 63 anos, (liderança Atikum Brígida). Aldeia Atikum-Pankará Brígida, Perímetro de Irrigação Brígida, Orocó, PE. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, em 29/06/2019. Teritórrio Pankará.

Manoel Antônio do Nascimento (Pajé Manoelzinho Caxeado), 77 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE. Entrevistas realizadas na cidade de Floresta, PE, em 19/02/2018 e em 06/06/2018; Entrevistas realizadas: Aldeia Brejinho em 09/05/2019 e no Terreiro Sagrado Gameleira em 30/06/2019, Território Pankará.

Manoel Eduardo Cruz (Cacique Bidú Arfer), 81 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas, BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

Manoel Gonçalo da Silva (Nenem Pankará), 57 anos. Aldeia Marrapé, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE. Entrevista realizada na Aldeia Marrapé em 04/03/2018, Território Pankará; Entrevistas realizadas na cidade de Petrolina, PE em 21 e 22/04/19; Entrevista

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os povos indígenas, relações interculturais e impactos socioambientais a partir da construção da barragem de Itaparica no rio São Francisco, Sertão de Itaparica. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n. 2, p. 115-133. 2022.

realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.